

O rombo é de Cz\$ 516 bilhões

Esse valor é estimado, pois o governo ainda não sabe, com precisão, quanto custará a generosidade dos constituintes

JOÃO BORGES

O rombo das decisões da Constituinte nas contas do governo totaliza Cz\$ 516,075 bilhões, a preços de junho. Neste total estão incluídos os Cz\$ 322 bilhões da anistia aos micro e pequenos empresários e produtores rurais (Cz\$ 194 bilhões de responsabilidade da União e Cz\$ 128 bilhões dos bancos oficiais), Cz\$ 145 bilhões da anistia dos juros e multas para quem está em débito com o Fisco, Cz\$ 49 bilhões da demarcação das áreas indígenas e Cz\$ 75 milhões para reequilibrar os deméritos por motivos políticos. Não está incluído naquele total o rombo da Previdência Social, que pode chegar a Cz\$ 1,5 trilhão, mas com receita prevista para zerar a conta.

Esta semana, o governo começa o reexame de suas contas para honrar os encargos que os Constituintes impu-



Abreu: enquanto eu estiver aqui, só 4%

seram ao Tesouro Nacional na votação, em primeiro turno, das Disposições Transitórias. Mesmo sem os cálculos definitivos, já se sabe que a principal vítima da generosidade com que a Constituinte anistia dívidas e concede benefícios: os agricultores, que, segundo assessores do ministro Mafison da Nóbrega, terão ao seu dispor um volume menor de dinheiro para financiar a próxima safra.

A conta a pagar é muito menor do que antes se imaginava. Só na anistia aos microempresários e pequenos agricultores, estimava-se um rombo de até Cz\$ 1,6 trilhão, mas ficou em apenas Cz\$ 377 bilhões. Mas a conta a pagar é um obstáculo enorme ao cumprimento da meta de um déficit de 4% do PIB este ano. Do total de Cz\$ 377 bilhões, Cz\$ 194 bilhões são de responsabilidade da União, Cz\$ 128 bilhões dos bancos oficiais e Cz\$ 55 bilhões dos bancos privados.

"Precisamos mexer no orçamento da União para acomodar essas coisas", comentou o ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, em uma conversa, por telefone, com o presidente José Sarney, na noite de quarta-feira, logo depois da votação da anistia. Tanto o ministro quanto o presidente ainda não tinham conhecimento da emen-

da do deputado Roberto Freire (PCB-PE), que limitou a anistia aos débitos de até cinco mil Obrigações do Tesouro Nacional.

Mas na conversa, que se repetiu no outro dia, antes do embarque do presidente para a China, Sarney estimulou o ministro a trabalhar para que a meta de um déficit de 4% seja cumprida. No dia seguinte, provocado por assessores que com ele trabalhavam na formulação do orçamento para o ano que vem, o ministro fixou sua posição: "Enquanto eu estiver aqui, esse é o número", não deixando margem à dúvida de que, se o endosso do presidente for para valer, cortará despesas na mesma proporção.

Mas não foi um resultado tão catastrófico para o governo, como antes os responsáveis pela área econômica alardeavam. Desde que começou a negociar com os constituintes sobre a questão da anistia, o Ministério da Fazenda alertou que o Tesouro poderia suportar um encargo de até 80 milhões de OTNs, equivalente a cerca de Cz\$ 140 milhões. Votada a matéria e feitos os cálculos, o governo chegou à conclusão de que terá que gastar Cz\$ 194 bilhões.

Mas a validade desses números pode ser colocada em dúvida no mesmo instante em que são coloca-

dos no papel. Por mais rigorosas que tenham sido as simulações do Banco do Brasil e do Banco Central para estimar o rombo da anistia, é impossível chegar-se a um número confiável.

Nessa queda-de-braço que se travará entre cliente e gerente de banco, prevê-se de tudo, o devedor "escondendo sua capacidade de pagar" e o banco usando de todos os instrumentos para provar o contrário. "Tem gente que vai forjar dificuldades financeiras para não pagar", observa um assessor de Mafison da Nóbrega.

No rolô compressor de gastos que a Constituinte moveu em direção aos cofres da União, além dos Cz\$ 194 bilhões da anistia aos micro e pequenos empresários, consta ainda um rombo de Cz\$ 145 bilhões referentes à anistia de multas e juros sobre os débitos para com a Receita Federal, relativos aos impostos não pagos até 31 de dezembro de 1987.

Com a demarcação de terras indígenas, que envolverá uma área equivalente aos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, a União terá de dispendir mais Cz\$ 49 bilhões, nos próximos cinco anos. As contas da Previdência Social ainda estão confusas. A Constituinte foi generosa na concessão de novos be-

nefícios, em especial para os aposentados. Mas, neste caso, teve o cuidado de criar receitas, que ainda não estão bem dimensionadas. A anistia para os servidores demitidos por motivos políticos é um peso morto no meio dessas cifras de bilhões: custará, segundo estimativas preliminares, Cz\$ 75 milhões ao mês.

O grande sacrificado, no entender do Ministério da Fazenda, será o produtor rural. Esta semana, os ministros da Fazenda e da Agricultura começam a montar o esquema de financiamento da próxima safra. "O dinheiro que não retornar dos empréstimos concedidos (no caso o rombo da anistia), não temos como reemprestá-lo", afirma um assessor de Mafison da Nóbrega.

Esta semana, o Ministério do Planejamento concluiu os estudos para formular a proposta de orçamento para o ano que vem. E, numa demonstração clara de que nas polêmicas com a Constituinte o governo sempre exagerou na avaliação do impacto econômico das decisões, o ministro João Batista de Abreu confessa que, para ajustar a perda no ano que vem, de 17% da receita, imposta pela reforma tributária, seus técnicos já identificaram a possibilidade de corte de despesas equivalente a 25%.

Brasília/Agência Estado

Arrecadar, saída para Previdência

ANA MÁRCIA SERAPHIM

Os custos adicionais para a Previdência Social com a adoção do novo modelo de seguridade social aprovado pela Constituinte poderão chegar a Cz\$ 1,5 trilhão ao longo dos próximos três anos. Em contrapartida, a estimativa do autor do projeto, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), é que, para custear o sistema, o governo arrecade o mesmo valor em dinheiro novo, proveniente das novas fontes de financiamento também criadas pela Constituinte especificamente com essa finalidade. O senador estima entre 20%, no mínimo, e 30%, no máximo, sobre a atual receita do sistema previdenciário — este ano de Cz\$ 4 trilhões — os recursos adicionais para manter o novo modelo de seguridade social.

Parte dessas novas fontes, contudo, já existe, só que destinadas a outras áreas. É o caso do Finsocial, que por decisão da Constituinte ficará integralmente alocado no sistema de seguridade social. Só isso representa cerca de Cz\$ 400 bilhões. Os Cz\$ 30 bilhões do FAS também irão para a seguridade, como toda a taxa cobrada pelo governo nas loterias e jogos de azar. Se o jogo do bicho e os cassinos forem liberados no segundo turno da Constituinte, os impostos cobrados também irão para o sistema de seguridade social.

Para manter as finanças da Previdência equilibrada após a adoção do novo sistema, o senador preocupou-se em garantir a aprovação das respectivas fontes de financiamento ao lado de cada novo benefício criado pela Constituinte. E agora, no segundo turno, tentará excluir alguns paternalismos aprovados à última hora sem acordo das lideranças partidárias, como aconteceu com a pensão de um piso salarial para todos os idosos e deficientes, e a aposentadoria proporcional aos 25 anos de trabalho para as mulheres.

OUTRAS FONTES

Como novas fontes de custeio, o sistema contará ainda com um percentual a ser definido por lei sobre o faturamento e lucro das empresas e, também, sobre as riquezas. E para evitar surpresas desagradáveis, a Constituinte prevê a criação de outras fontes de custeio para manter o sistema, se necessário.

Só a atualização dos proventos dos aposentados e pensionistas significará um acréscimo de aproximadamente Cz\$ 480 bilhões nas despesas com benefícios; a elevação do valor mínimo do benefício a um piso salarial, Cz\$ 80 bilhões; o abono anual, mais Cz\$ 60 bilhões; e o pagamento da pensão aos idosos e deficientes poderá chegar a Cz\$ 700 bilhões.



Na votação da anistia, o rolo compressor dos constituintes deu o último avanço contra os cofres do Tesouro

A cobrança dos 5 anos, um desafio

DAVID RENAU

O presidente José Sarney vem dando provas aos ministros da Fazenda, Mafison da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, de que vai bançar o processo de austeridade nos gastos para conter o déficit público em 4% do PIB, como o Brasil acertou com o FMI. As demissões do brigadeiro Paulo Roberto Camarinha da chefia do Estado-Maior das Forças Armadas e de Ozeires Silva da presidência da Petrobras, após duras críticas ao congelamento da URP do funcionalismo federal, foram "vendidas" à opinião pública como exemplos de que a política de segurar despesas não é brincadeira. Os cortes nos orçamentos de vários órgãos se inserem no mesmo contexto.

A grande pergunta que se faz no momento — e entre funcionários do próprio governo — é se Sarney resistirá às eleições municipais do próximo 15 de novembro. A tradição brasileira, com raras exceções, mostra que o governantes de todos os níveis abrem os cofres em períodos de eleições para garantir a vitória de seus candidatos e, com isto, a permanência no poder. O presidente comprometeu-se com dezenas de governadores, deputados e senadores que ajudaram a dar-lhe os cinco anos de mandato e esta conta já está sendo cobrada.

E aí cabe outra pergunta: o homem que está bancando as discussões Siderurgia Usimar e Ferrovia Norte-Sul — que podem custar US\$ 6,0 bilhões —, beneficiando o Maranhão, onde nasceu, resistirá aos políticos que lhe deram os cinco anos, a maior obsessão da sua vida?

Brasília/Agência Estado

Perdão tributário induzirá ao calote

JOCIMAR NASTARI

A anistia de multas, juros e demais encargos sobre dívidas tributárias, aprovadas pela Constituinte, provocará um "rombo potencial" de Cz\$ 145 bilhões, à União. Este valor é parte de uma dívida total de Cz\$ 1,3 trilhão que o governo vem tentando cobrar, nos últimos 15 anos, de pessoas e empresas. O buraco é potencial, porque os Cz\$ 145 bilhões são de cobrança incerta e, por isso, não constam de qualquer previsão orçamentária.

O coordenador de arrecadação da Receita Federal, João Gomes — responsável pela cobrança administrativa de Cz\$ 500 bilhões do total de Cz\$ 1,3 trilhão — acha que a anistia da Constituinte não estimulará o pagamento de dívidas tributárias mas ao contrário induzirá o aumento da inadimplência.

Gomes observa — depois de mais de dez anos trabalhando na cobrança de débitos fiscais duvidosos — que um dos principais argumentos apresentados pelos devedores contumazes e sonegadores é o que resume na seguinte frase: "Eu não vou pagar, porque vou esperar a próxima anistia".

O funcionário da Receita ressalta que isso foi estimulado ao longo dos últimos 15 anos, com a concessão de anistias sobre os débitos em processo de cobrança judicial (para onde as dívidas são remetidas depois de cobradas sem êxito no campo administrativo).

Para Gomes, os perdões fiscal e da correção monetária do Cruzado "institucionalizam a anistia no Brasil, e o ato de cobrar, agora, ficou muito mais difícil".

Brasília/Agência Estado

Maior impacto é o das transferências

ARMANDO MENDES

O maior impacto sobre as receitas da União virá do aumento das transferências constitucionais aos estados e municípios, através dos fundos de participação, calculados sobre a arrecadação dos dois chamados "impostos nobres" — o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados. Hoje, a soma dos fundos de participação dos estados, dos municípios, e do Fundo Especial para o Norte e Nordeste chega 33% da arrecadação do IR e do IPI (em 88, depois da reforma tributária do ex-ministro Delfim Netto, esse percentual chegou ao ponto mais baixo, 12%).

Esses percentuais vão somar-se ao Fundo Especial de Ressarcimento dos Estados Exportadores, que distribuirá 10% da arrecadação do IPI entre os Estados que exportam produtos industrializados, a título de compensação pelas isenções tributárias que esses produtos recebem.

Quando abaixo mostra o que acontecerá se os novos percentuais, ano a ano, fossem aplicados à receita de IR e IPI prevista no orçamento revisado da União, que chega a Cz\$ 2,53 trilhões. Para o valor de 88, não se considerou a mudança que haverá já a partir da promulgação da Constituição, mantendo-se fixo o percentual de 33%.

Ano	% IR e IPI	Total Transf.	Adicional Valor de 88	Adicional Percentual
88	33%	837		
89	45%	1167	330	39%
90	47%	1192	355	42%
91	48%	1217	380	45%
92	49%	1243	406	48%
93	50,5%	1281	444	53%

1 — O percentual do IR e do IPI, a partir de 89, inclui 3,5% referentes ao Fundo de Ressarcimento dos Estados Exportadores, além dos fundos de participação
2 — Valores em bilhões de cruzados

Brasília/Agência Estado

Nas readmissões, 75 milhões/mês

ELIANA SIMONETTI

A anistia aos servidores civis da União, demitidos por motivos políticos desde 1979 até a data da promulgação da nova Constituição, poderá custar um acréscimo aos cofres públicos, no mínimo — em valores de hoje —, de Cz\$ 75 milhões nos gastos com pessoal.

A estimativa, feita por um técnico do governo, tomou por base o menor número apresentado como sendo o dos beneficiados: segundo a coordenação do Movimento Unificado das Estatais, há 2.500 funcionários em condições de ser anistados. Supondo que estes empregados recebam um salário de Cz\$ 20 mil mensais, a readmissão custaria Cz\$ 50 milhões por mês, os quais somados aos encargos representariam um custo de Cz\$ 75 milhões.

O cálculo preciso não foi feito nem pelo governo nem pelas entidades dos funcionários. Não existe um levantamento do número de demissões por motivação política. De acordo com o ministro Mafison da Nóbrega, da Fazenda, deverão ser reintegrados dez mil trabalhadores.

O número é quatro vezes maior do que o estimado pelos funcionários de estatais, mas, como afirmou José Antônio Lutterbach, membro da coordenação dos trabalhadores, nem todos deverão se interessar pela reintegração aos antigos postos.

Ocorre que a simples vontade não resolve o problema dos interessados. Como esclareceu Lutterbach, cada sindicato deverá receber os pedidos de trabalhadores de estatais demitidos em sua categoria, e encaminhar à Justiça processo com as provas de que a demissão ocorreu por motivo político.

Brasília/Agência Estado

Demarcações vão custar 49 bilhões

ELIANA LUCENA

Demarcar uma área que equivale aos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, no total de 52 milhões de hectares, com um custo mínimo estimado de Cz\$ 49 bilhões. Esta é a conta que o governo precisará pagar, caso, na votação do segundo turno da Constituinte, fique mantido o artigo 25, das Disposições Transitórias, que fixa um prazo de cinco anos para que todas as áreas indígenas do País sejam demarcadas.

A própria Funai admite que, mesmo com uma firme decisão política e a liberação dos recursos necessários, dificilmente o governo conseguirá demarcar tanta terra. O coordenador de assuntos fundiários da Funai, Daniel Souza, lembra que além das 467 áreas indígenas conhecidas já se sabe da existência de pelo menos 42 grupos arredios. Como contatá-los e demarcar suas terras em cinco anos?

O governo Sarney conseguiu dar grande impulso ao trabalho de demarcação: de 1910 a 1985 foram demarcados 12 milhões de hectares, e de 85 a 88 a Funai demarcou 20 milhões. Faltam 52 milhões. Mas entre essas áreas estão algumas com problemas seríssimos, como é o caso do Alto Guamá, no Pará, onde vivem os índios Tembé. Lá a Funai precisará indenizar 8.000 moradores não índios. Na área dos Guajajaras, no Maranhão, 2.000 invasores vivem na cidade de São Pedro dos Coates, que cresceu dentro do território indígena. Para demarcar o que resta, a Funai prevê um gasto total de Cz\$ 47 bilhões. O levantamento das indenizações necessárias ainda é preliminar e está em torno de Cz\$ 2 bilhões.

Brasília/Agência Estado

Será difícil contestar anistia

ISABEL DIAS DE AGUIAR

Por mais absurda e injusta que pareça a anistia concedida a uma parcela dos endividados do Plano Cruzado, ainda há dúvidas de que a sociedade conseguirá contestar essa decisão — caso permaneça no texto constitucional após a segunda rodada da votação. Algumas correntes jurídicas vislumbram espaço para essa iniciativa. Mas há quem diga que o remédio é se conformar, pois não há o que conteste invalidar uma decisão da Constituinte.

A tradição histórica brasileira é prócliva em anistias, lembra o jurista Modesto Carvalho. Embora o perdão de dívidas contraídas por conta e risco de seus tomadores se caracterize num privilégio a determinadas classes e categorias, o Supremo Tribunal, se convocado a julgar, certamente iria orientar-se pela jurisprudência criada em situações semelhantes no passado. A anistia dos devedores do Cruzado se qualifica como "um absurdo" na ótica do Brasil atual, segundo Carvalho, mas é sustentável no ponto de vista da história do País.

Isso porém não se aplica aos devedores não beneficiados pela anistia, isto é, aqueles que preenchem

todos os requisitos previstos nas disposições transitórias da Constituinte, menos aquele que estabelece limite para as dívidas contraídas no período em que a correção monetária foi extinta. Neste ponto, os parlamentares aprovaram um dispositivo que se contrapõe de forma mais visível a um outro de valor maior, que é o parágrafo 1º do artigo 6º, que estabelece que todos são iguais perante a lei (princípio da isonomia).

O jurista Ives Gandra Martins diz que há duas correntes jurídicas antagônicas em relação à matéria constitucional. Uma delas mantém a tese de que não há norma que derrube o texto constitucional. A outra, desenvolvida nas cortes constitucionais italianas e alemãs, estabelece que se dois princípios de uma Constituição são conflitantes, prevalece o de especial maior. No caso, a anistia a apenas pequenos e micro empresários e agricultores que ainda não quitaram seus débitos, fere o princípio da Isonomia, que está em outro artigo da Constituição.

Como ficará, assim, aqueles devedores que renegociaram suas dívidas, isto é, assumiram novos débitos para pagar os velhos, estes oriundos do Cruzado? E aqueles que venderam seus bens, numa de-

monstração de honestidade, para cumprir os compromissos assumidos naquela ocasião? Há ainda os que tomaram empréstimos no valor equivalente a 5.001 Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs), ou seja, uma a mais do que o estabelecido no texto aprovado.

A matéria é polêmica, reconhece Gandra Martins, mas passível de contestação. A discussão fica maior, segundo o advogado Helcias Pelicano, se for levado em conta que nenhuma das anistias concedidas antes foram incluídas em texto constitucional. Podiam ser contestadas mais facilmente porque foram dadas através da legislação ordinária. Os devedores não perdoados agora têm porém um argumento sólido, na sua opinião, pois é notório o conflito com o princípio de isonomia.

Os contribuintes não beneficiados podem, pelo menos, ficar um pouco mais tranquilos porque, ao menos, o governo federal não poderá recorrer ao empréstimo compulsório para cobrir o rombo que será criado pela anistia. Segundo Gandra Martins, o executivo só estará autorizado a utilizar esse recurso em caso de calamidade pública ou guerra.

Já se fala em emenda supressiva

Até o final da semana, o deputado Ulysses Guimarães, mesmo no exercício da Presidência da República, vai reunir-se com representantes do PMDB e outras lideranças, para examinar o alcance da anistia creditícia e discutir a hipótese de aprovação de uma emenda supressiva para derrubar a medida já aprovada na Constituinte.

Apesar de anunciar, ontem, sua disposição de discutir o assunto, o deputado Ulysses Guimarães já antecipa a dificuldade de conseguir 280 votos para derrubar a anistia, lembrando que será preciso um entendimento muito amplo. Mas não será impossível. E por essa razão disse que está marcando conversas com o relator Bernardo Cabral e com o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS).

Ulysses Guimarães informou que já tinha em sua mesa um estudo elaborado pelo Ministério da Fazenda sobre as consequências da anistia, mas não havia examinado, por falta de tempo. Desde já, contudo, o deputado preferiu não encetar os argumentos usados pelo governo contra a anistia como uma forma de pressão.

Governo poderá reduzir ou cancelar programas

O governo deverá reduzir ou cancelar alguns de seus programas para conseguir contornar a situação criada com a anistia da dívida dos microempresários, disse, ontem, o ministro da Habitação, Urbanismo, e Meio Ambiente, Prisco Viana, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, durante a assinatura de contrato de empréstimo com a Caixa Econômica Federal para conclusão das obras da nova sede do sindicato.

"Na parte dos recursos captados junto ao público não haverá alteração, mas aqueles que provierem de orçamento da União possivelmente sofrerão cortes", disse o ministro. No caso de programas para construção de casas populares, explicou, os recursos são baseados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e na Caderneta de Poupança e segundo ele não serão afetados. "Os cortes deverão ser feitos nos programas a fundo perdido com recursos obtidos unicamente do orçamento da União", afirmou.

CASA PRÓPRIA
Segundo o ministro, os financiamentos para aquisição da casa própria estão abertos e funcionando normalmente, com restrições apenas a imóveis usados, que continuam sendo feitos dentro da linha de hipotecas com recursos do Sistema Financeiro da Habitação. Com relação aos imóveis usados, o ministro disse que estão sendo cumpridos financiamentos de cartas de créditos que foram dadas quando os contratos estavam abertos. "Não temos idéia de retomar esses financiamentos ainda este ano, por uma questão de disponibilidade de recursos", afirmou.

Quanto ao financiamento dos imóveis novos, o ministro disse que não há nenhum sinal de que eles serão suspensos. "Nesse final de mês alguma agência pode ter tido seu orçamento esgotado, mas agora, ainda no início de julho, esses orçamentos deverão ser recompostos, voltando tudo à normalidade", afirmou.